

<http://dx.doi.org/10.5354/0719-6296.2023.69105>

Rev. Est. de Políticas Públicas, 9(1)

[diciembre 2022 - junio 2023], 25-43

ISSN edición web: 0719-6296

©Copyright 2023: Universidad de Chile



REVISTA ESTUDIOS DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS

## Governos Petistas e Proteção Social no Capitalismo: uma breve revisão da produção marxista

Victor Costa 

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

**Resumo** | Houve expansão do caráter privado e residual da proteção social nos governos petistas (2003-2016). Esta pesquisa buscou apreender como as produções marxistas descreveram e explicaram essas transformações. Foi realizada uma revisão bibliográfica híbrida, inspirada tanto em elementos da revisão sistemática quanto da revisão narrativa, restrita a produções de origem acadêmica e publicadas em formato de livro. Foram selecionadas oito obras após fases consecutivas de filtragem dos resultados de buscas. A revisão indica consenso em torno do aprofundamento do ordenamento da proteção social a partir da lógica do mercado e da proteção pública residual. Todavia, as políticas de corte neoliberal aplicadas tomaram inéditas proporções e efeitos em termos da história recente do país e de sua abissal desigualdade. O \*boom\* das \*commodities\* e os efeitos de seu declínio somados aos rebatimentos "iniciais" e "tardios" da crise de 2008 possibilitaram um raio maior de manobra aos governos petistas. Por fim, foi constatada a ocorrência de dois golpes contra a proteção social (2014-2016), quando boa parte dos ganhos sociais foi sacrificada.

**Palabras-chave:** Proteção social, Capitalismo, Marxismo, Neoliberalismo, Desigualdade.

## PT Governments and Social Protection in Capitalism: a brief review of Marxist production

**Abstract** | There was an expansion of the private and residual character of social protection in PT governments (2003-2016). This research sought to apprehend how marxist productions described and explained these transformations. A hybrid bibliographic review was carried out, inspired both by elements of the systematic review and the narrative review, restricted to productions of academic origin and published in book format. Eight works were selected after consecutive filtering phases of the search results. The review indicates a consensus around the deepening of the social protection order based on the logic of the market and residual public protection. However, the applied neoliberal policies took on unprecedented proportions and effects in terms of the country's recent history and its abysmal inequality. The commodity boom and the effects of its decline, added to the "early" and "late" repercussions of the 2008 crisis, allowed the PT governments a greater radius of maneuver. Finally, the occurrence of two coups against social protection (2014-2016) was verified, when a good part of the social gains was sacrificed.

**Keywords:** Social protection, Capitalism, Marxism, Neoliberalism, Inequality.

**Fecha recepción:** 2022-12-08

**Fecha aceptación:** 2023-06-19

**Dirección de correspondencia** [*Correspondence address*]: Victor Costa, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [victorcacosta@hotmail.com](mailto:victorcacosta@hotmail.com)



## 1 Introdução

Logo no início deste século Lula da Silva foi eleito como Presidente da República Federativa do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Muitas foram as expectativas semeadas à época em relação às grandes questões nacionais, como a fome, o desemprego, o desalento, a habitação, a saúde, a educação e a assistência social, a título de alguns exemplos, tendo o Brasil um largo tecido social da população vivendo em condições extremas quando não precárias de vida e trabalho.

Acompanhada pelo que ficou conhecido como uma “onda progressista” na América Latina, os dois mandatos de Lula (2003-2006; 2007-2010) foram seguidos por mais dois mandatos da também petista, Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016). Assim se passaram cerca de treze anos com duas singulares figuras políticas do PT chefiando o poder executivo federal. Passados esses anos, foram consideráveis as indagações, ponderações e críticas formuladas desde movimentos sociais até à academia sobre as direções e os processos escolhidos por essas lideranças do PT no tocante à proteção social no capitalismo.

Desde o seu nascimento, o processo de acumulação de capital produz outros processos como a pauperização, o desemprego, a questão agrária, a questão urbana e a questão penal, dentre outras. Esses processos foram descritos e analisados em seus primórdios por Engels (2010) e Marx (2017).

A depender de cada Estado (formação social) e governo, as direções dadas à acumulação de capital darão forma a esses outros processos. Como consequência, diante das disputas de classes e frações de classes em torno da formatação do processo de acumulação de capital, foram desenvolvidas formas históricas de lidar com as desigualdades próprias do capitalismo. A isso se dá o nome de proteção social no capitalismo.

No capitalismo monopolista, tal qual descrito e analisado pioneiramente por Baran e Sweezy (1966), a tendência à estagnação permanente expressa os limites do papel central do Estado diante dos ciclos econômicos, evidenciando a irracionalidade do processo de acumulação, onde

se tem cada vez mais excedente econômico, de um lado, e cada vez menos meios de absorvê-lo, de outro.

Para O'Connor (1977), a teoria da crise fiscal do Estado se refere às contradições da socialização dos custos e privatização dos lucros, ao passo que o orçamento é assaltado por interesses particularistas. Nesse meio, as contradições da acumulação se exacerbam e os custos de sua legitimação aumentam. Proteção social no capitalismo é precisamente o meio de legitimação da acumulação, é qualquer intervenção do Estado no sentido de administrar conflitos sociais.

As formas de lidar com as desigualdades produzidas pelo processo de acumulação de capital podem conformar um conjunto de políticas aleatórias, pouco articuladas e sobrepostas ou um sistema de proteção social (Boschetti, 2016). No caso do Brasil, a Constituição de 1988 nos deixou um modelo de sistema de proteção social a ser desenvolvido após a sua aprovação. Todavia, o seu financiamento contava com uma sociedade industrializada, a qual se sucedeu uma sociedade cada vez mais primarizada e financeirizada, produtos e pressupostos de um sistema de acumulação neoliberal, o qual se assenta na desistência da industrialização, na acentuação do extrativismo e na expansão privada do setor terciário baseado em relações de trabalho flexíveis.

Desde então, ocorreram transformações no sistema de proteção social brasileiro, as quais foram orientadas pela lógica da privatização e da proteção pública residual, buscando adequar o sistema de proteção social ao sistema de acumulação que ora emerge. Esta é uma tendência mundial do período, verificada tanto no nascimento da Carta Magna, em 1988, a qual trouxe dispositivos que refletiam essas tendências, quanto nos governos subsequentes à sua aprovação, que terminaram por abortar o modelo socialdemocrata de proteção social tardiamente adotado pelo Brasil (Behring y Boschetti, 2011). No que se refere ao período recente, houve uma continuidade no sentido da expansão do caráter privado e residual da proteção social nos governos petistas (2003-2016).

Esta pesquisa buscou apreender como as produções marxistas descreveram e explicaram o curso dessas transformações nos governos petistas, analisando mudanças e continuidades. Compreender essas questões é relevante e fundamental tanto para o campo de estudos sobre proteção social no capitalismo contemporâneo quanto para a população que continuamente sofre com as consequências da acumulação capitalista no século XXI. Ao optar por este caminho, a investigação não se pautou por uma pesquisa sistemática de políticas de proteção social específicas do período, mas sobre como os textos revisados trouxeram tais políticas no bojo de suas análises. Precisamente por esta orientação, a revisão não focou no tema da proteção social diretamente, mas indiretamente através das produções marxistas no período.

Sobre os objetivos específicos, esta pesquisa buscou identificar, mapear e selecionar produções publicadas em solo nacional que continham análises marxistas sobre o período dos governos petistas. Buscou também levantar consensos e conflitos nas análises sobre a expansão do caráter privado e residual da proteção social nos governos petistas e construir um balanço sobre os resultados da revisão.

Em função da necessidade de delimitação da revisão, este estudo se restringiu às produções marxistas originadas em centros de pesquisa social de instituições de ensino superior, publicadas em formato de livro e que contivessem análises sobre o período dos governos petistas (2003-2016).

A escolha pelo formato de livro, especificamente, se deu pensando em selecionar publicações “finais”, “acabadas”, em seu estado de produção acadêmica considerado último, até que mudanças históricas relevantes exijam revisão ou ampliação da edição. O foco especificamente no formato de livro se deveu à busca de leituras do Brasil contemporâneo que possuíssem um arco de análise mais amplo, frutos de longas pesquisas, de teses e artigos publicados.

Embora longe de convencional, ao menos atualmente, essa escolha demonstrou virtudes, além de perdas, comuns a qualquer pesquisa. A escolha desse objeto acabou por atender a necessidade de

afunilamento da pesquisa, além de ter sido uma oportunidade de privilegiar as publicações em livros, fugindo do protagonismo contemporâneo dos artigos e de análises mais sintéticas e breves, em função dos espaços cada vez menores das revistas acadêmicas.

No que se refere à construção do formato da revisão, a opção foi por uma revisão bibliográfica híbrida a partir da combinação da revisão narrativa com elementos da revisão sistemática. Este estudo se tratou de uma revisão narrativa ao optar por publicações em formato de livros como objeto da revisão, algo comum às revisões narrativas, além da amplitude na construção da análise, cujo esforço se direciona para a descrição e discussão do desenvolvimento ou o “estado da arte” de um tema particular guiado por um determinado ponto de vista teórico ou contextual (Rother, 2007).

Os elementos utilizados da revisão sistemática foram: formulação da pergunta; identificação de bases de dados para a busca dos estudos; elaboração de estratégias de busca e estabelecimento de critérios para a seleção dos textos; aplicação dos critérios na seleção dos textos (Sampaio y Mancini, 2007; Rother, 2007; Cordeiro et al., 2007; Galvão y Pereira, 2014).

A pergunta foi formulada conforme o problema de pesquisa e os objetivos, ou seja, foram indagadas quais e quantas seriam as produções em formato de livro que continham análises marxistas sobre a proteção social no período dos governos petistas. O processo de pesquisa partiu da identificação de bases de dados para localização dos estudos. As livrarias virtuais foram as escolhidas para esse processo. De um lado, foi escolhida uma livraria de massa, de outro, livrarias e lojas virtuais de editoras do campo que se poderia chamar, genericamente, de “progressista”.

Essa bifurcação no processo foi pensada para compensar que existem obras mais fáceis de serem encontradas em livrarias de massa, ao passo que existem publicações do campo à esquerda que não são facilmente encontrados em livrarias de massa. Essas e outras questões vieram à tona através de uma fase de pesquisa piloto, utilizada como meio

exploratório para a construção do desenho de pesquisa.

No que se refere à livraria virtual de massa, foram construídos dois critérios, a saber, a abrangência do catálogo e a disponibilidade dos produtos. A pesquisa piloto trouxe volumes gigantescos de resultados. Assim, pensando na exequibilidade da pesquisa, foi elencada apenas uma livraria de massa. A Amazon e seu setor de livros atenderam melhor aos critérios colocados, dado o seu amplo catálogo, incluindo o chamado marketplace. Este último trata-se de uma plataforma dentro da sua plataforma, um fenômeno que parece um misto de uberização do trabalho e de pejetização através do qual qualquer pessoa, física ou jurídica, pode fazer um cadastro em sua loja e começar a vender livros, entre outras muitas coisas. Esse é um dos motivos da extensão e variedade de seu catálogo.

As livrarias são distintas das lojas virtuais. Existem editoras que possuem apenas lojas virtuais, ou seja, possuem uma livraria restrita ao seu próprio catálogo. Também existem editoras que, além de disponibilizarem seu próprio catálogo, possuem um catálogo de outras casas editorais e sobre variados temas. Feita essa distinção, restou pensar a respeito do “progressismo”. Ao utilizar essa expressão se pensou na possibilidade de incluir editoras populares e alinhadas à esquerda do progressismo corrente, assim como editoras liberais, mas que prezam pela pluralidade de ideias em seus catálogos, além de abarcar com isso as editoras das universidades públicas brasileiras. Em função de toda essa amplitude do alvo, as aspas se fazem necessárias.

Maués (2014) auxiliou no levantamento do rol de editoras de esquerda existentes no Brasil. Informações também foram buscadas na lista completa dos associados ao Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) ([Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2019](#)). Todavia, algumas editoras fundadas mais recentemente estavam ausentes nessas fontes citadas. Em função disso viu-se necessidade de elaborar critérios para a seleção das editoras que conseguisse articular informações de terceiros confiáveis com informações obtidas pela pesquisa piloto, assim como com informações que o próprio

pesquisador possuía, enquanto leitor, acadêmico e militante.

Os critérios foram: a orientação política de esquerda; relevância atual das publicações; conhecimento prévio, pelo pesquisador em questão, de publicação de obras relacionadas ao tema da pesquisa. Este último critério foi construído para que se pudessem incluir editoras com obras sobre a temática da pesquisa que não estivessem no texto de Maués (2014) ou na lista da SNEL (2019) por serem de fundação recente ou por algum outro motivo. Destarte, as editoras selecionadas para a revisão foram Alameda, Unicamp, Perseu Abramo, FGV, Canal 6 (Projeto Editorial Práxis), Mauad, Elefante, Autonomia Literária, Cortez, Expressão Popular e Boitempo.

Depois desse momento voltou-se à construção das estratégias de busca e estabelecimento de critérios para a seleção dos textos. Pensando no volume de informações obtido na pesquisa piloto e considerando uma maior necessidade de aprofundamento da pesquisa, foi formulada cuidadosamente uma barreira para lidar com os volumes de informações sem a perda significativa de material possivelmente interessado a esta pesquisa. Assim sendo, foram construídos os seguintes descritores: impeachment Dilma; golpe Dilma; pedalada fiscal; crime de responsabilidade fiscal; crise política e econômica Dilma.

O questionamento inicial e os objetivos elencados levaram essa pesquisa ao foco em produções que buscassem compreender os quatro governos. Por esse motivo não há nenhum descritor sobre Lula, opção feita para evitar textos que tratassem apenas de seus governos, anteriores aos de Dilma. A ideia era que análises sobre os governos Dilma também tocassem nos governos Lula, por serem imediatamente anteriores.

Foi dado início à busca dos resultados e de seu devido registro. Os resultados foram armazenados e organizados em uma planilha Excel. Para cada descritor, um bloco de colunas e linhas com os dados das obras eram criados. Separadamente, foram obtidos 119 retornos sobre impeachment Dilma, 86 sobre golpe Dilma, 6 sobre pedalada fiscal, 16 sobre crime de responsabilidade fiscal

e 230 para crise política e econômica Dilma. No total foram 457 textos selecionados nesse primeiro momento a partir de cada descritor específico.

É importante pontuar que houve significativa discrepância em relação ao desempenho dos mecanismos de busca de cada sítio. O mecanismo de busca de um sítio se refere à construção de um banco de dados que possibilita o acesso a informações na internet por meio de palavras ou termos utilizados por uma pessoa. Se em alguns sítios os resultados para cada descritor foram sempre amplos, inclusive trazendo resultados com obras de períodos distantes, como o golpe de 1964, assim como obras de ficção diversas, em outros os resultados foram nulos, embora se soubesse através da pesquisa piloto que algumas dessas editoras possuíam textos sobre os temas.

Em alguns casos, o mecanismo de busca foi extremamente disfuncional diante dos descritores. Essa situação demanda a consideração de que os resultados da pesquisa foram impactados negativamente pelo desempenho dos mecanismos de busca de cada sítio pesquisado. Todavia, os resultados obtidos foram respeitados. Desde o início havia ciência de que a substituição de plataformas científicas online por plataformas virtuais do mercado de livros e do mercado editorial poderiam sujeitar a pesquisa a perdas de qualidade e precisão dos resultados.

Concluído esse primeiro momento, foi iniciado um segundo quando foram estabelecidos critérios para a seleção dos textos. Dada a quantidade dos resultados, incluindo a ocorrência de resultados repetidos, foram elaborados novos critérios para filtrar novamente os resultados, em busca de afinamento e maior precisão. O estabelecimento desses novos critérios não obedeceu à máxima da revisão sistemática, segundo a qual deveriam ser elaborados por uma comissão de examinadores independentes. Em oposição, tais examinadores se fizeram na figura do presente pesquisador e de sua orientadora.

Os critérios escolhidos para refinar os resultados nesse segundo momento do processo de seleção dos textos foram: produções específicas sobre o período dos governos petistas; obras que se filiam

à tradição marxista ou que dela fazem uso, sendo característica a crítica da relação entre democracia e capitalismo.

Nesse segundo momento foram aplicados os critérios na seleção dos textos. Foi realizada uma leitura cuidadosa dos resultados anteriores que estavam organizados em uma planilha. Após isso, os novos resultados foram lançados numa nova planilha. Ao total, foram oito obras selecionadas, computando 2164 páginas no total. Os textos foram os seguintes: Singer (2018), Sampaio Jr. (2017), Mascaro (2018), Boito Jr. (2018), Miguel (2019), Saad Filho e Morais (2018), Santos (2016), Anderson (2020).

O modelo pensado e executado nesta pesquisa seja uma revisão bibliográfica híbrida, até certo ponto inspirada na revisão sistemática, especificamente no que se refere à busca de produções em formato de livros, sejam eles físicos ou digitais disponíveis em livrarias virtuais, tendo moderada sistematicidade na busca e seleção dos textos. A inspiração na revisão sistemática ficou restrita a esses aspectos de busca e seleção das obras. O processo de revisão foi orientado pelo padrão da revisão narrativa.

Os resultados da revisão evidenciam um consenso em torno do aprofundamento do neoliberalismo no período dos governos petistas, ou seja, o ordenamento da proteção social a partir da lógica do mercado e da proteção pública residual. Entretanto, as políticas compensatórias e focalizadas tomaram proporções e produziram efeitos inéditos se tomados em perspectiva histórica e considerando a abissal desigualdade existente no Brasil. O *boom* das *commodities* e os efeitos de seu declínio com os rebatimentos “iniciais” e “tardios” da crise de 2008 possibilitaram aos governos petistas um maior raio de manobra. Por fim, foi constatada a ocorrência de dois golpes contra a proteção social, sendo o primeiro a prática de estelionato eleitoral por Dilma Rousseff em 2014 e em seguida a prática de um golpe parlamentar em 2016. Nesse interim, boa parte dos ganhos sociais dos governos anteriores foi sacrificada em nome da austeridade fiscal.

## 2 Estado e proteção social nos governos petistas

### 2.1 Tensões dentro da ordem

As análises dos governos do PT possuíram como ponto alto do debate as investigações a respeito do peso do partido e de suas figuras eleitas no balanço geral do período de treze anos. Existe a denúncia de que certas discussões acabam por se enveredar em moralismos (Mascaro, 2018).

Mascaro (2018) e Miguel (2019) propõem uma visão segundo a qual eram mínimas as possibilidades do partido diante do poder das estruturas. O primeiro é tardiamente althusseriano e engajou um resgate de Evguíeni Pachukanis, ao passo que o segundo se alimenta nas fontes do último Nicos Poulantzas e de Claus Offe. Todavia, ambos possuem acordo, cada um a sua maneira, de que quanto mais próximo dos centros de decisão do Estado, mais circunscrita se torna qualquer ação. A ausência de espaços de pressão popular e de massas populares organizadas determina o fracasso de intentos aventureiros que fujam minimamente ao *status quo*.

Esse ponto de análise se liga a outro, que se refere precisamente ao acontecimento da eleição de Lula. As produções apontam que o PT chegou ao poder executivo federal depois de um paulatino processo de transformação e de transformismo, o qual conformou o partido aos restritos limites da democracia brasileira após a transição ao neoliberalismo, iniciada no governo Collor de Mello em 1990.

As transformações do PT em direção ao centro do espectro político, às vezes se estendendo à direita, propriamente, não se trataram de ocorrências repentinas. O PT que chegou ao poder já não era há muito o mesmo de sua fundação (Saad Filho y Moraes, 2018).

De acordo com Boito Jr. (2018), desde as greves contra a abertura financeira no final do século até a campanha contra o estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em 2002, Lula e o PT já teriam se aproximado sobremaneira do que o autor chama de “grande burguesia in-

terna”. Essa aproximação teria ocorrido a partir da convergência de interesses contrários à abertura financeira e à ALCA. Contudo, havia divergências nesse movimento de aproximação, principalmente por parte do movimento sindical e das bases do próprio partido.

Entretanto, as reações às apostas do partido quando este chegou ao poder executivo federal pela primeira vez produziram uma boa dose de estranhamento e decepção de setores da sociedade no início da trajetória dos governos petistas (Sampaio y Mancini, 2007; Anderson, 2020). O deslocamento do partido no espectro político não havia sido de todo assimilado pela sociedade.

O contexto foi relevante. Ao olhar para os poucos partidos “ideológicos” existentes no Brasil, ou seja, com uma mínima coerência programática e ligações com movimentos sociais, o PT evidentemente era um partido de esquerda. Isso fez diferença. Quando se considera a desigualdade abissal existente no país e a história da origem do partido, passa a ser compreensível que a vitória de Lula em 2002 tenha despertado esperanças de transformações, embora o partido já tivesse se transformado em outro (Santos, 2016).

O partido elaborou uma concepção de que qualquer transformação social, algo mais amplo, profundo e radical, desataria a implacável resistência “dos de cima” (Santos, 2016), tendo acabado por escolher se curvar “a eles” (Miguel, 2019). A Carta aos brasileiros continha um conjunto de sinais oficiais de que não mexeriam no pilar do sistema de acumulação neoliberal instituído no país. Na visão de Santos (2016), tratou-se de uma “carta ao capital”.

As análises a respeito das transformações na proteção social variam muito em termos de ponto de vista. Ao buscar dar nome ao movimento dos governos petistas, as intervenções no debate foram tão diversas e divergentes, quanto criativas e precisas. Miguel (2019) apontou como característica dos governos petistas a “prioridade por mudanças de baixa intensidade”, que permitissem “enfrentar” as privações mais graves das frações despossuídas sem colocar em xeque a reprodução da dominação social.

Essa, por exemplo, é uma região sensível do debate. Quando Miguel (2019) caracteriza os governos petistas como possuindo “prioridade por mudanças de baixa intensidade”, ele está se referindo ao “enfrentamento” das privações mais agudas das frações pauperizadas ao passo em que permanece intacto o modo de acumulação flexível. Trata-se de políticas compensatórias, especificamente.

Em termos de proteção social no capitalismo, Sampaio Jr. (2017) aponta que enfrentar as sequelas do processo de acumulação de capital é atacar na raiz o próprio processo de acumulação, agindo diretamente nas suas causas. Diametralmente opostas são as políticas compensatórias gestadas no neoliberalismo, as quais atuam sobre os efeitos da acumulação, ou seja, medidas paliativas e de gestão da miséria, do desemprego, do desalento, da informalidade e alta rotatividade.

É um tratamento paliativo compulsório da pobreza, eleita o mal maior pelo ideário neoliberal. O objetivo não é de fato erradicá-la, como o discurso econômico dos políticos sugere. Na verdade, trata-se de praticar uma gestão da miséria “principalmente por meio da alocação condicional de esmolas, financiadas por impostos, para grupos de pobres ‘merecedores’ da caridade pública” (Saad Filho y Morais, 2018: 84).

Ainda de acordo com Saad Filho e Morais (2018), ao optar por essa política, o governo apoiava os miseráveis, de um lado, e subsidiava as piores modalidades de emprego ao complementar condicionalmente os menores rendimentos do país, de outro.

De um ângulo distinto, Singer (2018) caracteriza os governos petistas como sendo a escolha por um “pacto conservador”, o qual possibilitaria um “reformismo fraco”. Assim, o lulismo seria caracterizado pela escolha do não confronto com as classes dominantes. Conforme o autor, a partir do ano de 2002, embora o partido tenha sido forjado desde a fração organizada da classe trabalhadora, passou a se dirigir aos “pobres”.

Para Singer (2018), a escolha pelo “pacto conservador” tem relação com a existência de um “conservadorismo popular” no Brasil, o qual engessaria

o raio de manobras do governo. Noutras palavras, as camadas populares seriam avessas a levantes sociais e conflitos políticos abertos, coisas que de fato poderiam ocorrer como efeito de disputas por transformações sociais mais amplas e radicais.

É importante tanto como didática a forma como Miguel (2019) expõe a teoria de Singer (2018). Miguel (2019) aponta para a constatação de um movimento distinto no processo entre identidade e classe. Sob o lulismo “a classe surge pela identificação que algum outro agente político faz dos desejos e necessidades de um aglomerado de pessoas” (72).

Portanto, em vez das massas pobres encontrarem um político e um partido, estes últimos é que acabaram por agenciá-las, de cima para baixo. Nos dizeres de Boito Jr. (2018), os governos do PT encarregaram de organizar as difusas aspirações das frações trabalhadoras marginais em torno de um programa de transferência monetária direta, o qual conectaria o partido ao que se tornaria sua “classe-apoio”.

Na visão de Boito Jr. (2018), entretanto, as travas do PT e de Lula não partiam de baixo, mas de cima, das burguesias. O autor ainda discorda de Singer (2018) em relação às frações populares conservadoras. Em sua visão, essas frações já se encontravam em processo de migração para o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) nas eleições posteriores a 2002.

Boito Jr. (2018) também crítica a ideia de que o lulismo teria tido sustentação por um arranjo majoritariamente popular no tocante a um suposto governo do “subproletariado”. O autor recusa a divisão que coloca capital contra trabalho, mobiliza o Nicos Poulantzas jovem para falar em “conflitos de classe”, expressão utilizada para diferenciar a luta de classes, a luta pela contestação do capitalismo, dos conflitos de classe, disputas por redistribuição que não colocam em xeque o capital.

Nessa linha de entendimento, Boito Jr. (2018) trabalha as relações entre cada conjunto de frações da burguesia e da classe trabalhadora e das demais frações intermediárias não de forma separada, em dois grandes blocos, mas de forma entrelaçada. De

fato, é possível ver em sua análise uma interação ativa entre as classes fundamentais e as intermediárias.

Ao adotar essa visão, Boito Jr. (2018) passou a explorar as possibilidades de constituição de frentes políticas mistas durante as transformações que ocorreram com o partido. Para o autor, era detectável uma prevalência pela busca de interesses específicos em comum entre o PT e a “grande burguesia interna”. Esse teria sido o processo de aproximação.

Essa “grande burguesia interna” seria aquela que ainda não foi tomada por completo pela financeirização e que por isso mantém restrições para com o neoliberalismo em sua versão mais draconiana. Já as massas pauperizadas seriam o que o jovem Poulantzas nomeou como “classe-apoio”, entendida como “uma classe dominada, excluída do bloco de poder, mas que se ilude com um determinado governo ou regime político e, por essa razão, oferece a ele uma base de apoio” (Boito Jr., 2018: 144, grifos do autor).

Para Boito Jr. (2018), a “grande burguesia interna” possuiu prioridade nas políticas de Estado durante os governos petistas. Ao analisar o Programa Bolsa Família (PBF), um programa de transferência monetária direta criado por Lula a partir da junção, expansão e reorganização dos programas criados anteriormente por Fernando Henrique Cardoso (FHC), o autor aponta que

Esse programa representa concessões aos trabalhadores da massa marginal, ele não era o centro da política de Estado; melhora as condições de vida dos trabalhadores da massa marginal, mas não é a prioridade da política de Estado. Se somarmos, por exemplo, o orçamento do BNDS, que era destinado a empréstimos subsidiados às grandes empresas nacionais, e os custos da rolagem da dívida pública, ambos dirigidos a reduzido número de grandes empresários e banqueiros brasileiros, obteremos um número cem vezes maior que o montante dos recursos do principal programa de transferência de renda que é destinado, porém, a milhões de trabalhadores. É necessário distinguir, de um lado, as frações burguesas que integram o bloco no poder e, de outro, uma classe ou camada popular que serve de mera classe-apoio a um governo determinado (Boito Jr., 2018: 147).

De outro ângulo, Sampaio Jr. (2017) analisa que o modelo neoliberal foi “reciclado”, “melhorado” pelos governos petistas e aponta a predominância das benesses aos empresários nos governos Lula.

Sem condições políticas de avançar no atacado como pretendiam, os empresários ganharam significativas compensações no varejo. Perdidos no meio do pacote econômico encontram-se perigosos contrabandos. Sem grande alarde, Lula abriu mão do monopólio de resseguros; introduziu a chamada ‘governança corporativa’, que estabelece uma maior independência das empresas estatais em relação ao poder público e reforça a tendência à financeirização de sua lógica de atuação; e criou uma série de programas de transferência de renda para as empresas, verdadeiras ‘bolsas empresários’ (Sampaio y Mancini, 2007, p. 89-90).

Anderson (2020) também chama atenção para essas “bolsas empresários”. Na visão de Sampaio Jr. (2017), tratava-se da captura do Fundo Público pelo financiamento de execuções privadas de obras de infraestrutura pelo país através do chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao seguir na análise da estratégia de investimento público no segundo governo Lula, Sampaio Jr. (2017) aponta que

Em suma, o PAC propõe o impossível: superar a estagnação aprofundando o padrão de acumulação responsável pela paralisia da economia brasileira. Para tanto, recomenda mais negócios para o capital, mais arrocho para os trabalhadores. A terapia proposta é curiosa: trata-se, como já dizia Florestan Fernandes, de curar a raiva mordendo o rabo do cachorro louco. Disfarçado de um giro à esquerda, a nova política econômica é, na verdade, um inequívoco ataque à classe trabalhadora. Ao renunciar à utilização da política de rendas como instrumento distributivo, Lula abandonou o único elemento não regressivo de sua tacanha política social. Nesse sentido, o PAC representa um passo atrás; um claro retrocesso em relação ao primeiro mandato. A plutocracia brasileira não conseguiu finalizar o xeque-mate que pretendia, mas logrou passar um peão estratégico no complexo xadrez que determina os condicionantes da distribuição da riqueza nacional. Poderia ter sido pior, mas foi um péssimo começo de governo (90).

Para Sampaio Jr. (2017), a política econômica adotada e o desenho do programa, longe de serem

tensões e pressões sobre a ordem, seriam ataques velados, mistificados à classe trabalhadora. De outro ângulo, ao se voltarem para a análise do segundo governo de Lula e do primeiro de Dilma, Saad Filho e Morais (2018) apontam uma nova variedade de neoliberalismo, nomeado como “neoliberalismo desenvolvimentista”.

Essa variedade híbrida de neoliberalismo incluiu algumas políticas econômicas novo desenvolvimentistas, enquanto era preservada a estrutura de políticas neoliberais, sintetizada no tripé. O neoliberalismo desenvolvimentista teve implicações positivas para o crescimento econômico, o emprego, a distribuição e o bem-estar social, e deu apoio à impressionante recuperação do Brasil após a crise econômica global iniciada em 2007. Os altos preços das commodities e a liquidez internacional abundante aliviaram a restrição no balanço de pagamentos, enquanto a valorização do real reduziu a inflação. No entanto, o investimento privado não se elevou, não houve transformações significativas na estrutura produtiva, o investimento público foi insuficiente para sustentar um crescimento econômico com uma base diversificada e não foi feita nenhuma tentativa de reduzir a desigualdade de riquezas. Além disso, a ISI [(Industrialização por Substituição de Importações)], sua desintegração na década de 1980 e a imposição do neoliberalismo na década de 1990 entrincheiraram uma tendência persistente à desindustrialização, ao desemprego, à criação de empregos precários e de baixos salários e à concentração de renda. Esses processos erodiram a base tributária, expandiram necessidades populares, criaram pressões financeiras no setor público e impuseram restrições orçamentárias rígidas ao emergente Estado de bem-estar social. Contratendências limitadas prevaleceram por algum tempo, ainda durante as administrações do PT, mas acabaram soterradas pela contração econômica e pela reação da aliança neoliberal (31-32).

Sampaio Jr. (2017) critica o “neodesenvolvimentismo”, o qual considera um embuste, pois em alguns casos esse termo é colocado como um suposto eclipse do neoliberalismo durante os governos petistas. Conforme o autor, trata-se de uma impostura do partido ao resgatar no nome as teorias desenvolvimentistas e seu peso histórico em busca de ofuscar a substância conservadora de sua política econômica. Para o mesmo, sempre se tratou de um “melhorismo” dentro da ordem, de

uma “reciclagem” do modelo neoliberal de FHC e Collor de Mello.

Um das possibilidades de compreensão das divergências nas análises podem residir em seus focos, apesar da realidade tratada ser a mesma. Tanto Singer (2018) quanto Miguel (2019), ao buscarem focar o “reformismo fraco” e a “prioridade por mudanças de baixa intensidade”, respectivamente, os autores acabaram por fazer uma referência indireta ao contexto de forte e intensa contrarreforma compulsória sob o padrão de acumulação flexível de capital.

Para Mascaro (2018), a análise dos governos petistas deve ser pensada a partir dos limites da forma política estatal vigente. Para o autor, a forma política estatal é dotada de insuficiência, a qual mina as possibilidades de fazer “algo diferente”, fora da quadradura do sistema de acumulação neoliberal. Noutros termos, ocupar um lugar de chefia no executivo federal não altera a substância deste último (Mascaro, 2013; 2018)

Outros autores também afirmam esse caráter de blindagem da democracia sob o neoliberalismo. Neste regime de acumulação, o Estado serve às prioridades do capital, financiando políticas focalizadas e compensatórias com restos do orçamento público, engolido pelo pagamento do serviço da dívida pública. Nesse contexto, as demandas das massas trabalhadoras são encaminhadas para o “mercado”, a fim de comprarem a proteção de que necessitam, ao passo que a atenção do Estado se volta exclusivamente às parcelas mais pauperizadas (Saad Filho y Morais, 2018). Esse processo de contrarreforma é permanente por causas estruturais, ou seja, decorre do início da transição ao neoliberalismo (Saad Filho y Morais, 2018; Sampaio y Mancini, 2007),

Um dos exemplos da mercantilização de direitos foram o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O primeiro se tratou do fornecimento de subsídios a instituições de ensino superior privadas para que estas ofertassem bolsas de estudo integrais, aquelas que cobrem 100% do preço das mensalidades, e parciais, aquelas que cobrem apenas 50% dos preços.

Na visão de Santos (2016) e Anderson (2020), ambos os programas se trataram de uma escolha dos governos petistas por uma educação barata e de péssima qualidade para as massas populares brasileiras, as quais alimentavam esperanças de mobilidade social através da educação superior. Outra política pública baseada no fornecimento de subsídios à iniciativa privada foi programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”. Santos (2016) descreve esse programa como a “solução compensatória da reforma urbana que não ocorreu” (Santos, 2016: 95).

Saad Filho e Morais (2018) ressaltaram a constatação de uma urbanização desordenada no período, orientada pelo capital especulativo imobiliário e uma enxurrada de carros nas grandes cidades em detrimento de transporte público de qualidade e com segurança. A mercantilização da vida tomava uma dimensão espacial, onde as contradições se aguçavam. Ao falar da expansão do consumo e das importações, Sampaio Jr. (2017) afirma que o país estava sendo inundado por “automóveis e bugiangas”.

Sampaio Jr. (2017) denuncia a continuação de uma corrida para mimetizar os estilos de vida das economias centrais ao passo em que ocorre uma escalada de ilusões por parte do misticismo mercantilizado das seitas evangélicas no contexto da ascensão da milícia e do tráfico. Anderson (2020) aponta os efeitos tanto do lado da academia, com a burocratização das carreiras e especialização das áreas, quanto da moda e a indústria de entretenimento, uma onda de mercantilização que varreu o que encontrou pela frente. Profissionalismo e comercialização trouxeram junto de si, inevitavelmente, a despolitização. Comparando com o Brasil de cinquenta anos atrás, o autor viu o declínio palpável da energia política na vida cultural do país.

Na mesma direção, Singer (2018) chama atenção para a ascensão de uma “ideologia hipercapitalista”, caracterizadas pelo comportamento de ostentação e sua prática de adoração às marcas. Singer (2018) acrescenta algumas indagações sobre essas tendências. A centralidade do esforço individual e a marginalização em termos de direitos

sociais estariam produzindo um movimento de repulsa por parte das camadas populares em relação ao Estado e direitos sociais, principalmente em ambientes mais urbanizados. Esses poderiam ser sinais de que um ideal de classe média (neoliberal) estaria se fixando sobre determinadas frações das camadas populares.

Singer (2018) aponta o avanço da lógica do “empreendedorismo”, a partir da qual até “o trabalhador que vive de bicos, subproletário do setor informal, pode se considerar —e ser considerado— um ‘pequeno empreendedor’ ” (Singer, 2018: 97). O autor também denuncia o avanço dessa lógica sobre o meio evangélico, personificado na chamada “teologia da prosperidade”.

Ainda em se tratando das formas de vida, principalmente da classe trabalhadora em suas diversas frações, foi anotado um profundo automatismo diante das transformações da tecnologia digital. Desde idosos até crianças estão viciadas em smartphones. Anderson (2020) ressaltou que, ao lado dos EUA, o Brasil é um dos países mais viciados na rede social estadunidense Facebook.

Com relação a essa temática, Sampaio Jr. (2017) ressaltou uma tendência, a saber, que a socialização dos bens de consumo não ocorre de forma horizontal, mas de forma hierárquica e altamente estratificada, elitista, como é a própria sociedade brasileira, afinal. A título de exemplo, à classe média ficava reservada a compra de aparelhos smartphones mais sofisticados e recém-lançados, ao passo que à classe trabalhadora e camadas intermediárias sob estímulo do consumo restava comprar os modelos mais baratos ou usados. Tratava-se de uma expansão desigual do consumo fruto da expansão de mercado em uma sociedade profundamente desigual.

Outro ponto importante é sobre o poder de consumo das famílias e sua relação com o crédito. Sampaio Jr. (2017) resalta que a própria política econômica do governo contava com o endividamento das famílias pobres, especialmente de aposentados e pensionistas. Ocorria algo como se fosse um processo de institucionalização da agiotagem puxado pela política econômica.

Singer (2018) focalizou alguns temas de análise na relação entre o contexto material, as disputas no Estado e as relações das massas para com o partido. O autor aponta que ao findar de 2014 dezenas de milhões haviam deixado o subproletariado em direção aos estratos acima. Nesse momento, o autor realiza um importante questionamento em se tratando de políticas sociais e luta de classes na última década: “o problema político estava em saber se a sua solidariedade permaneceria com o lulismo de onde vieram ou com aquele para o qual, supostamente, se dirigiam (os estratos médios)” (Singer, 2018: 88).

Essa problemática surge de em uma situação em que há expansão da economia, mas não guiada pela primazia de um processo de reindustrialização e sim por uma expansão no setor de serviços, com trabalhos precários, com baixos rendimentos e alta rotatividade. Portanto, a questão da expansão do setor de serviços é posta pelo autor como um problema econômico-político, com fortes reverberações no processo de consciência de classe.

De fato, há uma tendência, detectada pela sociologia dos anos 1950, de que o empregado da área de serviços seja mais atraído por valores da classe média do que aquele que trabalha na indústria. A causa residiria no relativo isolamento em que se encontra com relação aos seus próprios companheiros de classe. Imagine-se uma auxiliar de escritório de advocacia. Possui pouco contato com gente de baixa renda (a não ser no bairro onde mora), enquanto passa o dia todo perto de profissionais do estrato superior. Em contraste, o operário de fábrica encontra-se mergulhado no ambiente de sua classe, desenvolvendo pouco ou nenhum relacionamento com o patrão e, por vezes, nem sequer com profissionais da ‘Alta Classe Média’ (Singer, 2018: 88).

Singer (2018) relaciona essa particularidade do setor de serviços —uma tendência, como afirmado— ao fato de Dilma ter denominado o estrato que alcançou maior mobilidade de renda como “nova classe média”. Apesar de todo esse cenário, o PT e seus líderes defendiam que as transformações ocorridas até então no tecido social brasileiro teriam produzido uma nova classe média. Essa denominação de Dilma, no contexto dessa tendência particular do setor de serviços, acabou por ajudar

“o partido que puxou as mobilizações de 2015-6 contra o lulismo” (Singer, 2018: 88).

Para Singer (2018), a problemática em si não demandava uma solução estranha e nova à história da luta de classes, mas sim na estratégia elementar de trabalho de base: “Conscientizá-la dos interesses comuns que tinha com os que ficaram na pobreza seria o único modo de soldar uma base capaz de fazer frente aos interesses dominantes quando viessem a reagir” (p.89). De fato, Anderson (2020) assevera que a desmobilização social foi uma das marcas dos governos Lula.

Numa direção oposta, Singer (2018) defende a denominação “nova classe trabalhadora” não apenas como a mais próxima da realidade, mas, também, como a mais efetiva em termos de estratégia política e projeto societário, a qual permitiria ligar esse novo estrato “tanto à ‘velha’ [classe trabalhadora] como à categoria dos pobres – afinal, composta igualmente de trabalhadores que não conseguiram, ainda, sair da ‘zona de vulnerabilidade’” (Singer, 2018: 89).

Singer (2018) sublinha que a ideia de “nova classe média”, mais especificamente na visão de Neri (2011) —mas também válido para outros defensores— se funda na homogeneização de largas faixas de renda (de R\$1.200,00 a R\$5.174,00 reais), colocando lado a lado desde trabalhadores com rendimentos que beiram a subsistência até trabalhadores com rendimentos maiores. Para o autor, a “classe C” se trata de uma parcela de trabalhadores jovens e precários, que superaram certa pobreza através da formalização com baixa remuneração e precárias condições de trabalho, algo muito distante do que poderia ser uma “nova classe média”.

Singer (2018) aponta a importância da formação social brasileira ao chamar atenção para que, ao contrário da formulação do Manifesto, segundo a qual o proletariado não tem nada a perder, o proletariado brasileiro tem sim o que perder. Em sua leitura de nossa formação social, o proletariado é visto como estrato intermediário, se localizando entre a classe média e o subproletariado. Ocorrendo que os

cerca de 30 milhões de trabalhadores que saíram da ‘Massa Trabalhadora’ e se deslocaram para a ‘Baixa Classe Média’ durante o lulismo viveram na pele o vaivém: durante alguns anos ingressaram no proletariado; a partir de 2015, parte deles voltou ao subproletariado (Singer, 2018: 92).

Singer (2018) conclui que o estrato social em discussão é, há um só tempo, intermediário e precário e que a querela em torno de identificá-lo como “nova classe média” ou “nova classe trabalhadora” é política, não sociológica, refletindo o conflito em torno da disputa pela consciência coletiva desse estrato social. Após essa conclusão, o autor faz suas ponderações a respeito desse caráter intermediário e de suas implicações para a luta de classes no governo de Dilma. Defende que a conotação de “nova” classe trabalhadora tem fundamento em três aspectos relacionados à sua composição: relevada presença no setor de serviços, precariedade e recentidade da luta. E ainda assevera que

Uma das características da nova classe trabalhadora, em razão da precariedade de suas condições, é que não podia ficar parada, precisava continuar o movimento ascensional para escapar de um futuro instável. A reindustrialização, proposta pelo ensaio desenvolvimentista, seria naturalmente a sua bandeira, na eventualidade de tomar consciência dessa possibilidade, o que não foi sequer tentado. Sem divulgar que sustentava políticas de inclusão, contra a oposição da burguesia, que pedia o ajuste recessivo, Dilma desperdiçou o potencial classista dos novos trabalhadores. Ao aderir à interpretação sugerida por Neri, segundo a qual a camada em ascensão seria uma nova classe média, a presidente levava água para o moinho que iria moê-la. [...] Ao convencer os trabalhadores ascendentes de que faziam parte de uma ‘nova classe média’, estimulava-se a adesão a valores do adversário, ainda que a realidade material ficasse muito distante da classe média tradicional, o verdadeiro esteio dos tucanos (Singer, 2018: 94-97).

Noutras palavras, o lulismo acabara por deixar reinar a ilusão meritocrática, que produz cisões entre trabalhadores, direcionando, assim, seu olhar em direção à classe média. Essa leitura de Singer (2018) é tocquevilliana ao apontar que os motivos para a insatisfação social teria como causas as melhorias promovidas pelo lulismo.

Santos (2016) critica essa leitura, apontando ser mais um caso de problema focal do que de aproximação ou não da realidade. Nessa leitura tocquevilliana, é como se se enxergasse com uma lente de aumento as transformações que ocorriam. Noutra direção, ao se voltar para o contexto geral de contradições e conflitos, como os variados pontos expostos acima, fica mais fácil perceber que as origens de uma insatisfação social generalizada e desorganizada, embora latente e explosiva, eram frutos do aprofundamento do modelo neoliberal de acumulação.

Ainda em termos do balanço dos efeitos das políticas públicas petistas, Saad Filho e Morais (2018) mencionam ganhos e leve redistribuição na “margem”. Ainda em relação à regulação do trabalho, Santos (2016), partindo de uma análise da situação brasileira em perspectiva latino-americana, afirmou que o “mundo do trabalho sob o PT avançou, a passos rápidos, em consonância com o movimento global de precarização do trabalho” (91). Isso é também um efeito de políticas compensatórias que se revelam como formas de financiamento público indireto dessas modalidades desprotegidas de trabalho e com baixos rendimentos (Saad Filho y Morais, 2018).

Conforme a análise de Singer (2018), apesar da redução da miséria, a pobreza permaneceu. Nas suas palavras, a “combinação entre o tamanho da dívida social e a lentidão do processo integrativo determinava a permanência da pobreza” (Singer, 2018: 86). O autor segue em seu balanço afirmando que

O lulismo por vezes considera que foi muito mais longe na redução da pobreza do que realmente o fez. Isso não significa que a redução da pobreza tenha sido pequena. Foi expressiva, mas não a ponto de tornar o contingente de pobres residual ou próximo disso, uma vez que os antigos miseráveis ocuparam esse lugar (84-85, grifos do autor).

Singer (2018) defende que o lulismo é profundamente contraditório, se prestando a inúmeros gêneros de mistificação ao possuir um caráter regressivo e progressivo há um só tempo.

O debate é muito amplo e permeado de pontos sensíveis, complexidade e contradições. Conectar escolhas aos seus resultados sem considerar o

contexto pode implicar em erro e engano, como visões automatistas ou evolutivas, voluntaristas ou fatalistas. No campo da economia política foram constatadas duas máximas sobre o período entre as análises revisadas.

A primeira delas se refere à base material do sucesso da trajetória petista. O PT só logrou os resultados que logrou, da forma como ocorreu, em função do *boom* das *commodities*, que possibilitou uma maior margem de manobra para a política econômica, embora nos limites do neoliberalismo. Através desse aumento expansivo do preço das matérias-primas exportadas pelo Brasil, ligado a um ciclo internacional de prosperidade, especialmente em relação à China (Boito Jr., 2018; Mascaro, 2018), foram possíveis as ações dos governos Lula, proporcionando a seus dois governos uma inquestionável popularidade (Santos, 2016).

O *boom* das *commodities* determinou a possibilidade de existência e continuidade dos governos Lula. Não determinou a forma de governo, mas abriu possibilidades únicas, sendo tomada como uma conjuntura internacional *sui generis* (Sampaio y Mancini, 2007).

A segunda máxima se refere ao peso de outro momento da conjuntura, desta vez relacionado ao último mandato de Lula e aos de Dilma, a saber, a crise de 2008. Muito distante de ser uma “marolinha” como disse Lula, a crise de 2008 teve papel fundamental e igualmente determinante do ponto de vista estrutural e da dinâmica econômica do país.

Para utilizar uma expressão de Sampaio Jr. (2017), o Brasil surfou na crise. Segundo este autor, embora a visão de que o país ia “bem” enquanto o resto do mundo ia “mal” possa parecer um tanto estranha, inicialmente, se analisada em detalhes se verá que ela é muito emblemática do que de fato estava ocorrendo: uma remessa significativa de excedentes de capital migraram para o Brasil, pois demandavam uma valorização impossível de ocorrer no centro do sistema naquele momento.

Essa conjuntura econômica internacional foi favorável ao abrir caminho fiscal para os limites próprios do Brasil em “tempos de crescimento”

neoliberal (Saad Filho y Moraes, 2018; Sampaio y Mancini, 2007). Mas as marés do mercado são muito efêmeras, embora mantenham alto poder de destruição diante das economias periféricas. O capital externo que chega hoje pode ir embora amanhã. Esse é o principal ponto da vulnerabilidade fiscal e cambial brasileira.

Após a transição ao neoliberalismo, o Brasil se tornou extremamente vulnerável aos humores do capital internacional. Quando ocorre um ciclo de recessão internacional o país sofre de maneira acentuada seus efeitos. Quando a ocorrência é de um ciclo de prosperidade internacional o país consegue crescer, embora cresça pouco e sem redistribuir, gerando empregos de baixos rendimentos, precários e os problemas estruturais se elevam a níveis mais críticos (Saad Filho y Moraes, 2018; Sampaio y Mancini, 2007).

De acordo com Sampaio Jr. (2017), mais tarde esse capital retornou ao centro com a alta dos juros nos países centrais como medida ortodoxa para a crise. Foi nesse momento que os efeitos nocivos da crise chegaram ao país com mais intensidade, momento esse que coincide com a agudização da crise e a derrocada do governo de Dilma.

Uma vez pontuadas essas duas máximas, se torna mais compreensível o fato de o PT ter chegado ao poder, ter se comprometido com o tripé macroeconômico e a chamada “responsabilidade fiscal”, simultaneamente em que conseguiu negociar uma quantidade mínima de recursos para a proteção social aplicados em transferências monetárias diretas e políticas públicas baseadas em generosos subsídios à iniciativa privada.

Todavia, todas as análises reforçam que, mesmo tendo sido uma quantidade mínima e irrisória de recursos, mesmo que os serviços tenham sido precários, de má qualidade e privatizados, a organização das políticas públicas feitas daquela maneira e proporção eram inéditos para o período pós-1988, assim como para com o período da ditadura, principalmente se se olhar a valorização do salário mínimo.

Tratou-se e de uma distinção, pois mesmo políticas compensatórias não haviam sido expandidas e organizadas daquela forma anteriormente. Por

isso muitos autores chegam a sugerir adjetivos ao termo “neoliberalismo”, apontando a constatação de variedades e particularidades históricas em relação a esse período. É também esse o motivo da defesa de certos autores de um ponto de vista que colocam em relevo as características do que seria um reformismo fraco ou de baixa intensidade.

### 3 Dois golpes (2014-2016) contra a proteção social

Para uma parcela considerável da esquerda, incluindo os movimentos sociais ligados ao PT e o próprio partido, embora com algumas célebres exceções na ocasião, ocorreu um golpe em 2016. Até certo tempo, alguns setores mais radicais afirmavam não ter havido golpe em 2016. O que existia era uma continuidade do golpe de Dilma contra as massas em 2014. Para outros setores, contudo, ocorreram dois golpes, um em 2014 e outro em 2016. Tanto o primeiro quanto o terceiro ponto de vista apareceram nos textos revisados. Eles tomam como central as disputas em torno do Estado e os saldos para as massas trabalhadoras.

É importante anotar essa diferença, pois quem decide partir do ponto de análise da relação entre o partido e o processo de destituição, ou seja, a relação de antagonismo entre partido e o golpe parlamentar, acabará por tomar caminhos distintos e obter resultados diferentes.

Para os autores que tomaram as massas trabalhadoras como sujeitos centrais na análise, como Sampaio Jr. (2017) e Santos (2016), ambos os golpes são indissociáveis, pois o primeiro determinou a possibilidade de existência do segundo. Foram tanto dois golpes quanto um só golpe em dois tempos. Sampaio Jr. (2017) expôs a questão da seguinte forma

A narrativa de que a presidente foi vítima de um ‘golpe’ não é falsa, mas omite o fato de que o primeiro golpe – o estelionato eleitoral – foi cometido pela própria Dilma ao jurar na campanha eleitoral que não faria o ajuste fiscal ‘nem que a vaca tossisse’. Denunciar o segundo golpe, ocultando o primeiro, deixa na penumbra o fato de que a verdadeira vítima dos atentados contra a democracia é a classe trabalhadora, que votou de maneira inequívoca contra o ajuste

neoliberal. Na conspiração contra os direitos dos trabalhadores, Dilma e Temer são cúmplices, pois o segundo golpe apenas arrematou o primeiro. Mais ainda, sem a devida ponderação sobre o caráter restrito da democracia brasileira, a denúncia do golpe parlamentar como um atentado à democracia não permite perceber a essência da crise que abala o sistema representativo: a impermeabilidade do Estado brasileiro às demandas populares. Supervalorizar os aspectos formais da democracia brasileira sem a devida explicitação sobre seu conteúdo real é uma forma capciosa de esconder os atentados perpetrados pelo PT contra a classe trabalhadora e manter o debate político hermeticamente enquadrado na lógica fechada do cretinismo parlamentar (250).

Mesmo aqueles autores que não reconhecem o primeiro golpe, acabam por mencioná-lo, embora, obviamente, sem dar a devida centralidade e até mesmo com o uso de eufemismos. Singer (2018) fala em uma “virada neoliberal” e em “cavalo de pau” para descrever os movimentos de Dilma à direita, mesmo após ter se comprometido em não fazê-lo durante a campanha de 2014. Dada a reversão no ciclo econômico internacional e seus efeitos “tardios” no Brasil, Dilma se viu sem condições materiais de dar seguimento com sua política econômica.

Para cumprir com as exigências do tripé macroeconômico neoliberal, Dilma teria de aplicar duras contrarreformas, pois chegara ao fim aquela margem de manobra possibilitada pelo ciclo de prosperidade internacional e pelos rebatimentos das consequências iniciais da crise de 2008 durante os governos anteriores do PT.

O contexto se tornara bastante adverso. Dilma quase não foi reeleita. Foi necessário que ela fizesse promessas que sabia e planejava não cumprir, simultaneamente em que seu marketing político durante a campanha de 2014 atacou a candidata Marina Silva de maneira muito agressiva e utilizando uma espécie de “pânico neoliberal”.

Singer (2018) aponta que Dilma cambaleou várias vezes para a esquerda e a direita, para por fim cair de braços para a direita. Em seu texto, o autor anotou uma cena importantíssima para a compreensão do momento da escolha pela austeridade fiscal. A partir de seus relatos, apesar de Dilma ter feito juras contra a austeridade fiscal contra a

proteção social, Guido Mantega, seu Ministro da Fazenda, antes de ser derrubado, deixou um “pré-plano” que “previa cortes no seguro desemprego, o auxílio-doença e na pensão por morte” (195).

Dilma não mudou de ideia a respeito de suas promessas nas eleições, pois ela já sabia o que iria fazer. Noutros termos, a presidente e candidata à reeleição mentiu consciente e deliberadamente. Ela não pegou o projeto do candidato Aécio Neves. Era o próprio projeto oculto de Dilma que compartilhava muitas características de antemão com o de Aécio. É por todos esses acontecimentos que Sampaio Jr. (2017) e Santos (2016) apontam ter ocorrido a prática de estelionato eleitoral em 2014, um golpe contra as massas trabalhadoras.

Singer (2018) anotou que “Dilma resistiu, ao menos parcialmente, à pressão neoliberal no primeiro mandato” (77). Todavia, poucos dias antes do primeiro mandato acabar, de fato, ela já havia colocado um burocrata do setor financeiro internacional no Ministério da Fazenda. O autor narra esse momento.

Seja como for, ao chegar à conclusão de que era necessário apelar para a ortodoxia, ela teria que se cercar de todos os cuidados, pois se tratava de uma operação arriscadíssima para qualquer presidente. Mas em lugar de chamar o experimentado Meirelles, que Lula garantia controlar, para dirigir o choque, Dilma convidou o banqueiro Luiz Carlos Trabuco, presidente do Bradesco. E, quando Trabuco recusou o convite, aceitou um subordinado dele, Joaquim Levy, que desempenhava o cargo de diretor-superintendente do Bradesco Asset Management, braço de fundos de investimentos do Bradesco (Singer, 2018: 197).

Como vemos, foi Singer (2018) quem produziu mediações teóricas relevantes sobre essas determinações entre ambos os golpes, embora assuma declaradamente apenas o segundo golpe. Muitos o fazem, mas é verdade que estes também mencionam o primeiro golpe, embora não o nomeiem dessa forma.

A ideia era mesmo que o PT dirigisse o choque neoliberal. Ocorre que, como Singer (2018) mesmo ressaltou, esse era um caminho muito arriscado. Logo Dilma se viu sozinha contra um parlamento fugindo da operação Lava Jato que avistou nela

o melhor meio para expiar seus crimes, a fim de continuar a cometer-los.

Mesmo sem reconhecer e dar a devida centralidade ao estelionato eleitoral de Dilma, Miguel (2017) em outro texto narrou aquela sequência de golpes durante segundo mandato da presidente.

Em dois ou três meses, foram anuladas tantas das conquistas dos doze anos anteriores de governos do PT. Em seguida, o próprio governo reformista foi derrubado por um golpe parlamentar, com resistência pífia. E o novo governo implanta, de forma acelerada, uma agenda de profundo retrocesso nos direitos, mais uma vez diante de uma população quase passiva. Como sempre, os grupos privilegiados mostram ser aqueles que melhor expressam suas preferências na ausência de espaços de pressão popular (109).

Dilma não só foi cirúrgica, como foi célere na austeridade contra a proteção social. Singer (2018) comenta que ela acreditava que conseguiria administrar o choque neoliberal em “um semestre e, no máximo, um ano” (198). Na visão de Dilma, após esse brevíssimo espaço de tempo a recessão já teria passado. Isso evidencia tanto que a direção do choque neoliberal foi planejada pela presidente, quanto que a mesma estava errada sobre a durabilidade de ciclos de recessão internacional. Era nesse momento que os rebatimentos das consequências tardias da crise de 2008 chegavam ao Brasil com maior força.

Ainda em relação ao conteúdo das propostas de austeridade contra a proteção social encaminhadas por Dilma ao Congresso antes de cair, cabe a referência a uma fonte citada por Singer (2018).

Estas, em síntese, são as medidas propostas no PLP [Projeto de Lei Complementar] 257/2016, de iniciativa do Poder Executivo Federal. Como se pode ver, o projeto adota uma política de ajuste fiscal e controle de gasto, de redução do papel do Estado e estímulo à privatização e, principalmente, de corte de direitos dos servidores públicos. Lembra, em grande medida, o conjunto de propostas encaminhado por FHC em 1997, e que tiveram, como resultado, um sucateamento sem precedentes da máquina pública, e a supressão de mais de 50 direitos dos trabalhadores e servidores públicos (Queiroz, 2016).

Todavia, Dilma caiu antes da aprovação dessas medidas, as quais coube a Michel Temer aprovar. Em termos estritos aos fatos, a partir do cuidadoso trabalho de Singer (2018) é possível dizer que Dilma caiu porque a militância do partido, que é diferente do partido, pressionou fortemente os parlamentares do PT a fim de fazerem a cassação de Eduardo Cunha andar. O referido parlamentar havia sido denunciado por corrupção e evasão de divisas. As pressões funcionaram.

Nesse dia os parlamentares desobedeceram ao acordo de Lula com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para salvar o Deputado Federal Eduardo Cunha de cassação. A bancada do PT votou a favor da cassação do mandato de Cunha na Câmara dos Deputados por quebra de decoro parlamentar. Cunha respondeu à quebra do pacto abrindo o processo de impeachment contra a presidente. Logo depois o próprio Cunha seria varrido do tabuleiro pela Lava Jato.

Em termos de ordem dos fatos, Dilma caiu, em parte, pela subversão e coragem da militância petista que não aceitou as decisões a quatro paredes de Lula e dos altos escalões do partido. O PT acabou por se enforcar no próprio laço de suas alianças, como diz Santos (2016).

No decorrer do processo, Dilma seguia normalmente a sua vida e continuava movendo esforços para a aprovação de partes da austeridade fiscal contra a proteção social. Mascaro (2018) aponta que frente ao risco real iminente de queda, Dilma e José Eduardo Cardoso, à época Advogado Geral da União (AGU), atuaram como firmes e fortes fiéis do juspositivismo, a crença ingênua na ideia de um Estado Democrático de Direito, de fato.

Boito Jr. (2018) por diversas vezes ressaltou que foi a própria Dilma e Cardoso que não apelaram em momento algum para as massas. Era como se o PT houvesse escolhido jogar e se necessário perder naquela quadradura do jogo da democracia blindada brasileira. Singer (2018) atenta para que as camadas populares não se moveram para defender o lulismo no momento em que estava sendo atacado, o que o autor vê como resultado expresso da despolitização e desmobilização a que foram submetidas.

Noutra direção, Santos (2016) crítica a ideia de quem interpretou a reação das massas diante do golpe de 2016 apenas como um produto do apassivamento petista. Na visão do autor, é provável que tenha se tratado de saúde política, apontando certa assimilação por parte de setores da sociedade do estelionato eleitoral praticado por Dilma.

Ainda na visão de Santos (2016), uma vez tendo passado o ano de 2013, a burguesia e a grande mídia viram que não precisavam mais do PT para apassivar as massas, pois elas haviam saído do controle do partido. De maneira paralela a essas transformações, houve um processo de recomposição da direita no país (Miguel, 2019). Esses são elementos importantíssimos da conjuntura naquele momento e que seriam a base para o desenrolar dos golpes de 2014 e de 2016.

Dilma possuiu um primeiro governo elogiado em termos de coragem para enfrentar, mesmo que minimamente, a doxa neoliberal do tripé macroeconômico. Saad Filho e Moraes (2018) ressaltam que Dilma foi a presidente a apresentar uma política econômica mais à esquerda desde João Goulart. Todavia, os momentos finais de seu primeiro mandato e o início do segundo a deixaria com a marca de ter sido, até aquele momento, o governo mais à direita desde FHC.

As últimas propostas de austeridade contra a proteção social que Dilma enviou ao Congresso foram aproveitadas e aprovadas por Temer. Uma delas, talvez a mais emblemática e grosseira, o chamado “teto de gastos”, um dispositivo alçado constitucionalmente e que limitou os “gastos” públicos aprofundando as restrições neoliberais. O que mostra, uma vez mais, as conexões em meios às rupturas entre os dois golpes.

Já os ganhos sociais, como a diminuição da miséria e da pobreza, acabaram por voltarem a quadros anteriores em pouquíssimo espaço de tempo, o que expressa mais um ponto da fragilidade dessas mudanças de baixa intensidade, a saber, a brevidade de seus efeitos. É certo que esse retrocesso ocorreu também em função da ascensão, por meio de um golpe parlamentar, de um governo escolhido para dirigir o choque neoliberal no lugar de Dilma e do PT.

Outro ponto relevante nesse balanço é que essa proteção aos mais pobres, cara aos governos petistas após 2002, nunca se tornou uma garantia constitucional. Em certos termos, o PBF e as demais políticas compensatórias do período podem ser consideradas um “quase-direito” em função de sua continuidade, embora sem estabilidade constitucional. De outro ponto de vista, elas podem ser vistas como um “não-direito”, dada a sua transitoriedade e o caráter clientelista. Entretanto, há consenso de que o PBF e as demais políticas compensatórias desenvolvidas e executadas pelo PT ocorreram numa escala e organização até então não experimentadas pelo país, seja tomando em comparação o período após 1988, seja o período após 1964.

#### 4 Alguém disse neoliberalismo?

Jameson (2005) chama atenção para a dura disputa política discursiva em torno dos termos “moderno” e “reforma”. As posições de “livre-mercado” são vendidas como as verdadeiramente modernas e reformistas, ao passo que seus opositores são classificados na categoria negativa ou privativa de não-moderno, de tradicionalista ou algo que indique rigidez e inadequação, como “linha-dura”. Jameson (2005) assevera que considerar isso como uma vitória da mídia seria um caso de subestimar o deslocamento na atualidade da luta política para a linguagem e a terminologia.

Curiosamente, do outro lado, mais ao sul do Atlântico, governos de esquerda que ao se elegerem adotaram a cartilha neoliberal se esforçaram em parecer reformadores, mas sem ser neoliberais. O PT estava atento a isso e jogou sua disputa nesse campo da linguagem e terminologia. Ao se mover no espectro político, o partido se esforçou de várias maneiras para manter uma imagem à esquerda. Antes de cair no temerário julgamento a respeito da efetividade dessa empreitada, talvez seja mais produtivo refletir sobre seus efeitos políticos de curto, médio e longo prazos.

No tocante às transformações da proteção social nos governos petistas, praticamente toda a literatura revisada aponta a expansão na direção de

padrões privados e residuais de proteção social. Todavia, o tom das análises irá mudar conforme o foco em termos de leitura da realidade. Alguém pode até se questionar a respeito de como um “pacto conservador” poderia parir uma “reforma” que não fosse igualmente “conservadora”. Mas o que parece um oxímoro pode não ser.

As políticas neoliberais aplicadas pelo PT foram inéditas em escala, desenho e organização. Foram notáveis tanto o acesso a essas políticas quanto seus efeitos na sociedade brasileira. Esse contexto histórico permite a compreensão da relevância social de uma reforma, mesmo que ela seja neoliberal. Noutras palavras, o caráter compensatório e focalizado das políticas não impediu o seu reconhecimento e legitimidade pela baixa, mas inédita intensidade das mudanças sociais se observadas em perspectiva histórica, seja em comparação com o período pós-1988, seja com o pós-1964. A própria desigualdade abissal e a histórica blindagem da democracia no Brasil geraram o contexto de renovada legitimação da ordem neoliberal, mesmo que com tonalidades específicas. Daí a necessidade de alguns autores de defenderem a existência de variedades de neoliberalismo na trajetória recente do país.

Todavia, os ganhos sociais dos anos anteriores acabaram por ser sacrificados entre um estelionato eleitoral praticado por Dilma em 2014 e um golpe parlamentar que a destituiu em 2016. Nesse interim, os ganhos sociais inéditos dos governos petistas diluíram frente ao contexto de choque neoliberal. Esse novo período, algo parecido com uma “restauração” que começou com a própria Dilma, reforça a importância da análise do contexto histórico e dos limites concretos do “melhorismo” petista.

Como a revisão mostrou, a análise do contexto e dos movimentos dos ciclos econômicos internacionais são um ponto importante em se tratando de um país com alta vulnerabilidade fiscal e cambial. Elas podem agregar ou subtrair as condições necessárias para estabelecer folgas e maiores raios de manobra. Foi assim com o *boom* das *commodities* e com os efeitos “iniciais” e “tardios” da crise de 2008. Portanto, esse eixo de análise é fundamental

para pensar as possibilidades e os limites contemporâneos para a proteção social no capitalismo brasileiro. Esse ponto de análise da proteção social também é importante para os demais Estados latino-americanos, os quais compartilham com o Brasil, em certa medida, características em termos de formação social.

Esse caráter altamente contraditório dos governos petistas é o que permitirá que, de tempos em tempos, a depender de cada situação específica, formas diferentes de narrar o período surjam, dando relevo e prioridade a pontos de vista, temas e questões específicas. O próprio momento atual já tem mobilizado esforços nesse sentido. Todavia, é necessário lembrar que o revisionismo opera como erva daninha da história. Sempre há um preço a se pagar ao transformar o passado sem transformar o presente e, por conseguinte, o futuro.

Em relação ao balanço da produção marxista sobre proteção social nos governos petistas, tem-se a constatação de uma alta qualidade e variedade das análises. Os pontos de vista são diversos simultaneamente em que divergentes e convergentes em tantos aspectos. Em função de a pesquisa ter possuído suas limitações em termos de definição dos objetivos de pesquisa, do objeto de revisão e do delineamento da busca e seleção dos textos, essa revisão foi caracterizada como uma “breve” revisão das produções no campo do marxismo. Contudo, o produto da revisão trouxe elementos importantes e debates que certamente permanecerão relevantes por um tempo neste início de século.

As temáticas e os debates nas análises são amplos. A proposta que este texto seguiu privilegiou temas e assuntos mais direcionados aos objetivos da pesquisa. Pela riqueza das análises, recomenda-se a leitura da bibliografia revisada.

Esses últimos anos, apesar de desfavoráveis à esquerda de modo geral, tem sido momento de uma expansão das pesquisas e produção de intervenções sobre temas e perspectivas variadas. Os resultados da revisão mostraram análises ricas, frutos de investigações de longo prazo e de intervenções em momentos críticos da conjuntura nacional no período mais recente. Essas produções permitem um olhar mais complexo e,

simultaneamente, atento, preciso e variado em termos de realidade brasileira e dinâmica de lutas de classes.

Por fim, os resultados desta revisão podem contribuir com análises da proteção social em outros países, possibilitando um rico material para análises comparadas de países específicos ou desde uma perspectiva latino-americana.

## Referências

- Anderson, P. (2020). *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo.
- Baran, A. y Sweezy, P. (1966). *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Behring, E. y Boschetti, I. (2011). *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez.
- Boito Jr., A. (2018). *Reforma e Crise Política no Brasil: os Conflitos de Classe nos Governos do PT. Campinas*. São Paulo: Unicamp. Unesp.
- Boschetti, I. (2016). *Assistência Social e Trabalho no Capitalismo*. São Paulo: Cortez.
- Cordeiro, A., Oliveira, G., Rentería, J., y Guimarães, C. (2007). Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias*, 34(6):428–431. DOI: [10.1590/S0100-69912007000600012](https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012).
- Engels, F. (2010). *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- Galvão, T. y Pereira, M. (2014). Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1): 183184. En línea: [enlace](#).
- Jameson, F. (2005). *Modernidade Singular: ensaio sobre a ontologia do presente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K. (2017). *O Capital: livro I: o processo de produção do capital*. Paulo: Boitempo.
- Mascaro, A. (2013). *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo.

- Mascaro, A. (2018). *Crise e Golpe*. São Paulo: Boitempo.
- Maués, F. (2014). Editoras de esquerda no brasil hoje. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. En línea: [enlace](#).
- Miguel, L. (2017). Resgatar a participação: Democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 100:83-118. DOI: [10.1590/0102-083118/100](https://doi.org/10.1590/0102-083118/100).
- Miguel, L. (2019). *O Colapso da Democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. Expressão Popular.
- Neri, M. (2011). *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva.
- O'Connor, J. (1977). *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Queiroz, A. Novo ataque aos servidores. congresso em foco. Technical report, 2016. En línea: [enlace](#).
- Rother, E. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2). DOI: [10.1590/S0103-21002007000200001](https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001).
- Saad Filho, A. y Morais, L. (2018). *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo.
- Sampaio, R. y Mancini, M. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, 11(1):8389. DOI: [10.1590/S1413-35552007000100013](https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013).
- Sampaio Jr., P. A. (2017). *Crônica de uma Crise Anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: SG-Amarante Editorial. Ebook Kindle Version.
- Santos, F. (2016). *Além do PT: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana*. São Paulo: Elefante.
- Sindicado Nacional dos Editores de Livros (2019). En línea: [enlace](#).
- Singer, A. (2018). *O Lulismo em Crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Boitempo.